

nºs. 19.191 - PRELIMINAR. DA NULIDADE DA DECISÃO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. Não se verifica a omissão de análise de qualquer argumento que possa ser considerado importante para o deslinde do litígio. Questões centrais trazidas em impugnação foram devidamente apreciadas na instância a quo. NULIDADE REJEITADA. - MÉRITO. ICMS-ST. BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO NA OPE- RAÇÃO INTERNA. Na operação interna sujeita ao ICMS-ST que envolve cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroele- trônicas e energéticas, deve-se adotar a base de cálculo em conformi- dade com o artigo 1º, §1º, inc. II da Resolução SEFAZ nº 185/17 e no artigo 4º, inciso III da Resolução 358/18. No que tange aos descontos incondicionais, o mesmo deve integrar a base de cálculo por força do artigo 13, §1º, II da LC 87/96. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPRO- VIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

Recursos nº 78.972 - Processo nº E-04/211/011426/2021 - Recorrente: RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA. - Recorrida: JUNTA DE RE- VISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimen- tel - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar de nulidade da decisão de Primeira Instância, bem como foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.192 - EMENTA: PRELIMINAR. DA NULIDADE DA DECISÃO DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. Não se verifica a omissão de análise de qualquer argumento que possa ser considerado importante para o deslinde do litígio. Questões centrais trazidas em impugnação foram devidamente apreciadas na instância a quo. NULIDADE REJEITADA. - MÉRITO. ICMS-ST. BASE DE CÁLCULO DE RETENÇÃO NA OPE- RAÇÃO INTERNA. Na operação interna sujeita ao ICMS-ST que en- volve cerveja, chope, água mineral, refrigerantes, bebidas hidroele- trônicas e energéticas, deve-se adotar a base de cálculo em conformi- dade com o artigo 4º, inciso III da Resolução 358/18. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO. AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 14/09/2022**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publica- ção. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.490 - Processo nº E04/211/5879/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: M W TRANSPORTES LTDA.- Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço. - DE- CISAÇÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº 19.198 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a de- cisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 15/09/2022**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publica- ção. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.502 - Processos nº E04/211/004154/2021. - Recorren- te: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: sga niterói veiculos e peças s/a. - Relator: Conselheiro Gustavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdão nº 19.202 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a de- cisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária por videoconferência do dia 21/09/2022**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publica- ção. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.522 - Processo nº E04/211/009055/2021 - Recorren- te: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SANTA MÔNICA INDUS- TRIA E COMÉRCIO DE TAPETES E CARPETES LTDA. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Catano Lourenço. - DECISÃO: Por unani- midade de votos, foi negado provimento aos recursos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.206 -. EMEN- TA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária por videoconferência do dia 22/09/2022**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publica- ção. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.500 - Processo nº E04/211/011033/2021 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA. - Relator: Conselheiro Marcelo Habib Carvalho. - DE- CISAÇÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento aos recur- sos de ofícios, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.214 -. EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Recursos nºs 79.501 e 79.520 - Processos nºs E-04/211/004761/2020 e E-04/211/005302/1010 - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: MARDISA VEÍCULOS S/A. - Relator: Conselheiro Gus- tavo Mendes Moura Pimentel. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento aos Recursos de Ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator - Acórdãos nºs 19.212 e 19.213 - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Pri- meira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECUR- SO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada por videoconferência do dia 29/09/2022**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acordãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publica- ção. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

Recurso nº 79.230 - Processos nº E04/211/008030/2020- Recorrente: TRANSPORTADORA RAMPAZO - EIRELI. - Recorrida: JUNTA DE REVISÃO FISCAL - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lou- renço - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso voluntário, para reconhecer a procedência do lançamento, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 19.221 - EMENTA: MERCADORIA. Transporte com Documento Fiscal Inidôneo. Toda fundamentação jurídica do lançamento em questão se encontra robusta de modo que restam perfeitamente demonstrados na forma o art. 74 do REPAT todas as circunstâncias de fato e de direito acerca do fato gerador e da infração cometida, quais sejam, pelo fato de já ter sido utilizada para acobertar operação anterior, não descrevendo, assim, operação realmente realizada (RICMS, LIVRO VI, art. 24 XIII). A legislação é precisa ao atribuir a responsabilidade pelo transporte de mercadoria acompanhada de documento fiscal inidôneo ao trans- portador (Lei 2.657/96, art. 18, IV, "c". No mérito, a responsabilidade tributária por infrações é, em regra, objetiva (CT, art. 136). A atividade fiscal é vinculada e somente pode agir nos dâitames da lei como de- corrência do princípio da legalidade estrita (CTN, art. 3º). Auto de In- fração julgado Procedente". NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO VOLUNTÁRIO

Id: 2432477

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO UNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 17/10/2022

PROCESSO Nº SEI-040161/010379/2022 - APLICO a penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa PC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS

GERAIS - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 31.179.583/0001-93, por inexecuções parciais de acordo com os termos do CONTRATO nº 052/2019, conforme art. 87, Inciso I da Lei nº 8.666/93.

Id: 2432171

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
FUNDO UNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA DE SEGURIDADE

ATOS DO DIRETOR  
DE 17/10/2022

CONCEDE pensão, por morte, a ADEMIR GIRAO DE CARVALHO, no valor de R\$ 10.101,82, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 18/08/2022, con- forme Processo nº SEI-140001/036272/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a JOEL SALGADO GONCALVES, no valor de R\$ 11.677,97, correspondente a cota de 100,00%, com fun- damento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 09/07/2022, conforme Processo nº SEI-140001/029449/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a CARLOS JOSE LEMOS DA COS- TA, no valor de R\$ 13.620,90, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 09/08/2022, conforme Processo nº SEI-040157/003928/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a VERISSIMO OUVERNEY, no valor de R\$ 4.731,26, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 04/05/2022, conforme Processo nº SEI-140001/030774/2022.

CONCEDE pensão por morte a MARCIO ANTONIO DA CRUZ GON- CALVES, no valor de R\$ 46.621,31, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 25, inciso III, Dec. Lei 83/75, com efeitos a contar de 20/02/1978, conforme PROCESSO Nº SEI- 140001/065551/2020.

CONCEDE pensão, por morte, a MARIA CRISTINA SALDANHA DE ALMEIDA, no valor de R\$ 20.419,05, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 16/08/2022, conforme Processo nº SEI-140001/036747/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a DEBORA DE ARAUJO AFONSO, no valor de R\$ 8.068,25, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso II, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 22/07/2022, con- forme Processo nº SEI-040157/002895/2020.

CONCEDE pensão, por morte, a LUIS FERNANDES DUTRA MAGA- LHAES, no valor de R\$ 579,45, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 28/07/2021, conforme processo nº SEI-040157/003729/2021.

CONCEDE pensão, por morte, a JORGE GAMA DOS SANTOS, no valor de R\$ 1.544,51, correspondente a cota de 100,00%, com fun- damento no art. 40, §7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 15/07/2022, conforme Processo nº SEI-040157/002688/2022.

CONCEDE pensão por morte a SAMARA DE CASSIA DE SOUZA LOPES MARINS, no valor de R\$ 1.413,22, correspondente a cota de 50,00%, com fundamento no art. 40, §7º, inciso II, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 30/08/2021, conforme PROCESSO Nº SEI-140001/043075/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a LEILA MESSEDER DE CARVALHO, no valor de R\$ 3.185,52, correspondente a cota de 50,00%, com fun- damento no art. 40, § 7º, inciso I, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 22/05/2020, conforme Processo nº SEI-140001/024441/2022.

CONCEDE pensão, por morte, a ANA PAULA OLIVEIRA SANTOS, no valor de R\$ 5.505,14, correspondente a cota de 100,00%, com fundamento no art. 40, § 7º, inciso II, CRFB/1988, combinado com o art. 14 da Lei 5.260/2008, com efeitos a contar de 30/08/2022, con- forme Processo nº SEI-140001/037995/2022.

Id: 2432361

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações Internacionais**

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CONSELHEIRO PRESIDENTE  
DE 18.10.2022

PROCESSO Nº SEI-220007/003076/2022 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, referente à participação e inscrição de até 10 (dez) ser- vidores, na modalidade presencial, no curso MASTERCLASS EM SA- NEAMENTO, no valor global de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e nove- centos reais), em favor da empresa HIRIA A NUERNBERGMESSE

CONTRATO	GESTOR	FISCAIS
005/2022 ESSENCIAL	Maurício Brandão Carneiro - ID. Funcional n.º 2697381-2	Angela Teresa Canal - ID Funcional n.º 5035372-1 Alberto de Mattos Brunner - ID. Funcional n.º 6717795
009/2022 CS BRASIL	Luciene Fraga dos Santos - ID. Funcional n.º 4326016-0	Joice Honorato da Silva França - ID. Funcional n.º 5125077-2 Deivid Alves Vieira - ID. Funcional n.º 5126795-0
010/2022 PORTAS DOURADAS	Angela Teresa Canal - ID Fun- cional n.º 5035372-1	Ana Aline Dantas Cardoso Putz - ID. Funcional n.º 5133476-3 Joice Honorato da Silva França - ID. Funcional n.º 5125077-2
008/2021 CLARO	Luciene Fraga dos Santos - ID. Funcional n.º 4326016-0	Glauco Renato Novaes da Costa - ID. Funcional n.º 4325992-8 Felipe Barreiros dos Santos - ID. Funcional n.º 4331725-1
006/2021 GL ELETRO	Ariana da Silva Tibau - ID. Fun- cional n.º 5104623-7	Glauco Renato Novaes da Costa - ID. Funcional n.º 4325992-8 Ricardo Alves da Silva - ID. Funcional n.º 4147518-6

Art. 2º - Determinar que cópia desta Portaria e sua publicação conste nos respectivos processos.

Art. 3º - Ao Gestor e aos Fiscais das Comissões caberá os atos com- cernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600, de 16.03.2016.

Art. 4º - Dar ciência da publicação da presente portaria à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2022  
SERGIO TAVARES ROMAY  
Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2432362

BRASIL CONGRESSOS E EVENTOS LTDA - CNPJ nº 36.624.014/0001-23, em conformidade com o art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com o Parecer 191 da Procuradoria da AGENERSA (SEI Nº 41212244).

Id: 2432499

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO JUCERJA Nº 148 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022

ESTABELECE AS REGRAS PARA O CANCE- LAMENTO ADMINISTRATIVO DE ATOS COM VÍCIO PROCEDIMENTAL.

O PLENÁRIO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso IV, do artigo 8º, da Lei nº 8.934/94, combinado com o in- ciso IV, do artigo 7º, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e incisos III e V, do artigo 67, do Decreto Estadual nº 48.123, de 8 de junho de 2022, e

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 26 da Lei 8.934 de 18 de novembro de 1994;

- o disposto no art. 28, inciso I do Decreto 1.800 de 30 de janeiro de 1996;

- o disposto no art. 59, incisos I, II e XII do Decreto Estadual 48.123 de 02 de junho de 2022 (Regimento Interno da JUCERJA);

- os princípios da autotutela e da eficiência aplicados à administração pública;

- o que consta no processo administrativo SEI-220011/001873/2022.

DELIBERA:

Art. 1º - Esta Deliberação tem por objetivo estabelecer procedimentos para cancelamento administrativo de atos com vícios procedimentais.

Art. 2º - São considerados vícios procedimentais:

I - documento de uma empresa registrado no prontuário de outra em- presa;

II - duplicidade de registro;

III - erro de codificação no protocolo web; e

IV - outras situações apontadas pelos órgãos técnicos da JUCERJA.

Art. 3º Nas hipóteses em que o vício for verificado de ofício pela JU- CERJA, ou por terceiro interessado, a Secretaria Geral tentará, por qualquer meio apto, contato com o representante legal da empresa para informar a existência do vício no ato.

§ 1º - Mediante concordância do representante legal da empresa será instaurado o processo administrativo previsto na presente delibera- ção.

§ 2º - Caso o contato não seja possível, ou realizado o contato, a parte não se manifeste, a Secretaria Geral certificará as condições do contato e encaminhará um relato com todo o ocorrido para a Procu- radoria Regional para as providências cabíveis.

Art. 4º - O processo administrativo de cancelamento do arquivamento viciado se instaurará mediante solicitação do representante legal da empresa, encaminhada ao Presidente da Junta Comercial, observan- do-se as determinações da Deliberação JUCERJA n. 122, de 08 de outubro de 2020.

Art. 5º - Aberto o processo administrativo, a Secretaria Geral o en- caminhará à Procuradoria Regional, para se pronunciar no prazo de dez dias úteis.

Art. 6º - Confirmado o vício procedimental, a Presidência determinará o cancelamento do registro do ato, realizando averbação neste para fins de publicidade.

Art. 7º - O cancelamento previsto nesta Deliberação não enseja a de- volução ou disponibilização do valor pago.

Art. 8º - Os processos administrativos em curso na data da publica- ção da presente deliberação deverão ser revistos pela Junta Comer- cial do Estado do Rio de Janeiro, para o atendimento das suas nor- mas.

Art. 9º - O Presidente da JUCERJA decidirá sobre os casos omis- sos.

Art. 10 - Está Deliberação entra em vigor na data da sua publica- ção.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022

SÉRGIO TAVARES ROMAY

Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2432625

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA JUCERJA Nº 2.027 DE 10 DE OUTUBRO DE 2022

ALTERA SERVIDORES DA JUCERJA COMO INTEGRANTES DAS COMISSÕES DE GES- TÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS FIR- MADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JUCERJA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 45.600, de 16.03.2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações da administração pública;

- o constante do processo nº SEI-220011/000566/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar as comissões de servidores dos Contratos abaixo re- lacionados, passando a ser constituídos da seguinte forma:

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA JUCERJA Nº 2029 DE 17 DE OUTUBRO DE 2022

DISPÕE SOBRE MATRÍCULA DE LEILOEIRO PÚBLICO.

O PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-JUCERJA, no uso de suas atribuições legais que lhe con- ferem os artigos 23 e 42 da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, regulamen- tada pelo Decreto nº 1.800, de 30/01/1996, combinados com o De- creto nº 21.981, de 19/10/1932 e Instrução Normativa - DREI nº 52, de 29/07/2022,